



Mudança na campanha eleitoral terá votação com urgência

Senado aprovou requerimento para acelerar análise de proposta com novas regras para propaganda eleitoral e para financiamento de campanha

O Plenário aprovou ontem um requerimento de urgência para votação do projeto de Ronaldo Caiado que acaba com a propaganda partidária, restringe a propaganda eleitoral e cria um fundo para financiamento de campanha. A proposição em análise no Senado é diferente da PEC da Reforma Eleitoral que está na Câmara. Os deputados propõem um fundo especial no valor de R\$ 3,6 bilhões, mas o financiamento proposto por Cai-

do só pode chegar a R\$ 2 bilhões. O dinheiro viria da compensação fiscal concedida pela União para emissoras de rádio e TV veicularem propaganda política. O texto também altera a propaganda eleitoral gratuita, que será veiculada apenas por emissoras públicas, durante 35 dias. Os senadores também aprovaram um requerimento para que o projeto de Caiado tramite em conjunto com o projeto de lei da Câmara que trata do Fundo Partidário. **3**



Eunício Oliveira, à mesa, preside sessão do Senado que aprovou urgência para projetos sobre fundos eleitoral e partidário

Waldemir Barreto/Agência Senado



Lídice da Mata (C) é relatora da medida provisória que cria novo marco regulatório para as instituições financeiras

Jefferson Ruy/Agência Senado

MP sobre acordo de leniência é elogiada em debate

A medida provisória que amplia os poderes punitivos de natureza administrativa do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários vai aumentar a credibilidade do país junto a investidores internacionais, segundo participantes de debate na comissão mista da MP.

Eles afirmaram que a legislação em vigor estava incompatível com o sistema financeiro atual e que o acordo de leniência não é um instrumento de encerramento do processo investigativo, mas sim de ajuda na colheita de provas e na consequente investigação de atos ilícitos. **5**

Presidente do Sebrae critica dificuldades para empreender

Em debate na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o custo Brasil, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, apontou a burocracia como um dos maiores entraves a novos negócios no país. **7**



Guilherme Afif Domingos em audiência sobre o custo Brasil

Genildo Miguez/Agência Senado



Relatado por Regina, projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Equipamento de informática apreendido pode ser doado a escola

Projeto que destina a escolas públicas equipamentos de informática apreendidos em alfândega, entregues à Fazenda Nacional ou abandonados, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. **8**

Programação monetária do país vai para Câmara **3**

MP do Fundo Penitenciário passa em comissão **4**

Colegiado discute pesquisas eleitorais **3**

Comissão aprova apoio privado a faculdade pública

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou substitutivo a projeto que permite a fundações privadas captar recursos para financiar projetos de pesquisa e inovação realizados por universidades públicas. Pelo texto, a partir de 2020 essas doações poderão ser deduzidas do IR. **5**

Congresso deve analisar hoje vetos presidenciais **2**

Avança fundo para unidades de conservação **8**

Produtores de camarão sugerem mudar controle **5**

Setor de aviação quer unificação de ICMS de querosene

Em debate realizado ontem na Comissão de Infraestrutura, representantes do setor de aviação disseram que a unificação do ICMS, cobrado pelos estados, sobre o querosene vai permitir a ampliação do número de voos em todo o país. Projeto de Jorge Viana estabelece alíquota de 12%. **6**

Revisão de metas fiscais será votada na terça-feira **5**

Acordo com Suécia na área da defesa é ratificado **3**

Comissão deve votar MP sobre renegociação **4**

Análise de créditos e vetos no Congresso fica para hoje

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, adiou a sessão conjunta marcada para ontem com o objetivo de dar mais tempo para a Câmara dos Deputados analisar a proposta de reforma política

A SESSÃO DO Congresso marcada para ontem foi transferida para hoje, às 20h. Na pauta estão 16 vetos presidenciais e dois projetos de lei que tratam de créditos orçamentários. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, justificou o adiamento para que a Câmara tenha mais liberdade para votar a reforma política, que deve ser aprovada até o fim de setembro para valer nas eleições de 2018. Eunício disse ainda que a sessão do Congresso pode ser adiada até semana que vem.

— Se o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, precisar de mais uma sessão para a busca do entendimento e o debate mais amplo em torno da reforma política, eu adiarei para terça-feira, se for o caso.

Em relação à nova meta fiscal, que prevê aumento do rombo nas contas do governo, Eunício disse que também pode incluir a matéria na pauta do Congresso, caso haja pedido dos líderes. Esse item precisa ser votado primeiro na Comissão



Se necessário, a sessão poderá ficar para a próxima semana, disse Eunício

são Mista de Orçamento.

O Congresso também instalará, a partir das 14h, as comissões mistas sobre sete novas medidas provisórias e escolherá presidentes e vices desses colegiados.

Medidas Provisórias

As medidas são a MP 786/2017, que cria um fundo para estudos técnicos sobre concessões e parcerias público-privadas; MP 787/2017, que autoriza a desapropriação de

imóvel no Espírito Santo; MP 788/2017, sobre a restituição de valores creditados em favor de pessoa falecida; MP 789/2017, sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais; MP 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração; MP 792/2017, que cria plano de demissão voluntária no Executivo; e a MP 793/2017, que permite a renegociação de débitos dos produtores rurais com o Funrural.

OAB defende criminalizar violação de prerrogativas

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, acompanhado de advogados e dirigentes estaduais da OAB, agradeceu ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a votação do projeto que criminaliza a violação das prerrogativas advocatícias. O texto (PLS 141/2015) foi

aprovado em decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será apreciado agora na Câmara.

O presidente da OAB também entregou a Eunício uma lista com demandas da categoria sobre a “capacidade instalada do Poder Judiciário”. Para a OAB, atualmente faltam juízes e servidores em várias

idades do país.

— A sociedade, quando busca o Poder Judiciário, ela busca bens da vida fundamentais como liberdade, patrimônio, como a sua honra, pessoas que precisam de remédios. Isso hoje tem sido prejudicado exatamente pelo não provimento de mais de 10 mil cargos de juízes no Brasil. Inúmeras comarcas, hoje, não têm servidores suficientes — argumentou Lamachia.

A reunião faz parte da Marcha das Prerrogativas da Advocacia, criada pela OAB para a realização de visitas às duas Casas legislativas do Congresso e ao Supremo Tribunal Federal, onde estiveram com a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

Da assessoria de imprensa da Presidência do Senado



Presidente da OAB, Claudio Lamachia agradece ao Senado por votar projeto

João Alberto elogia gestão do ministro Osmar Terra

João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou a presença em Plenário, ontem, do ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra.

Segundo o senador, Terra está fazendo “uma peregrinação” em gabinetes do Senado para “demonstrar as necessidades do ministério”.

João Alberto divulgou números sobre o cancelamento de benefícios sociais que, se-

gundo Osmar Terra, estavam sendo pagos indevidamente.

O governo federal cortou o pagamento a 400 mil beneficiários do auxílio-doença e a 500 mil do Bolsa Família.

— As exigências para participar dos programas não eram cumpridas por quem foi cortado da lista de beneficiários. Eles não tinham condição de ter o benefício. Por isso o corte — afirmou o senador.



Para João Alberto, cortes em benefícios sociais foram necessários

Conselho de Ética transfere reunião para terça-feira

A reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar prevista para ontem, para escolher o relator de denúncia contra o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), foi adiada para terça-feira pelo presidente do colegiado, João Alberto Souza (PMDB-MA). O conselho deve manifestar-se sobre a DEN 02/2017, em que José Medeiros (PSD-MT) pede abertura de processo por quebra de decoro parlamentar.

Medeiros afirma que Lindbergh “impediu a continuidade regular” da reunião do Conselho de Ética no dia 8 de agosto e teria agredido e desrespeitado o presidente do colegiado e outros senadores.

Lindbergh divulgou nota em que criticou o conselho pelo arquivamento, em julho, de pedido de cassação do mandato de Aécio Neves (PSDB-MG), gravado em conversas com Joesley Batista.

Simone Tebet destaca centenário da Santa Casa de Campo Grande

O centenário da Santa Casa de Campo Grande foi registrado em Plenário por Simone Tebet (PMDB-MS). Segundo a senadora, apesar da falta de recursos, a entidade mantém serviços de qualidade nas áreas de



obstetrícia, cirurgia neonatal e cardiologia, graças a contribuições da comunidade. A instituição conta com ambulatórios, internação de alto padrão, sala obstétrica, pronto-socorro, centro cirúrgico e laboratório clínico.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Reuniões ao vivo via web**
8h30 Entre 29 itens, o PLS 230/2017, que obriga órgãos públicos federais a transmitir reuniões ao vivo pela internet.
- CAS Presidente da Anvisa**
9h Pauta de 17 itens. Depois, exposição do presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa.
- CDR Rio São Francisco**
9h Audiência interativa com o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, sobre a revitalização do Rio São Francisco.
- CTEC Pesquisas eleitorais**
9h Audiência interativa sobre pesquisas eleitorais no Brasil.
- CCJ Conselho Nacional de Justiça**
10h Na pauta, a indicação de Arnaldo Hossepian Junior para o CNJ, e mais 49 itens.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h Entre 19 itens, o PLS 382/2011, sobre brinquedos adaptados para crianças com deficiência.
- CPI DA PREVIDÊNCIA Requerimentos**
13h45 Apreciação de requerimentos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A MP 776/2017, sobre mudanças em registro de nascimentos, está na pauta.
- CRA Pesquisa agropecuária**
14h Audiência interativa para avaliar a política de pesquisa agropecuária.
- CAE Crise fiscal**
14h30 Audiência interativa para avaliar a crise fiscal no Brasil.
- MP 784/2017 Acordos de leniência**
14h30 A comissão da MP sobre acordos de leniência faz audiência.
- MP 785/2017 Novo Fies**
14h30 A comissão da MP sobre o novo Fies realiza debate interativo.
- MP 786/2017 Infraestrutura**
14h30 Instalação da comissão da MP que cria fundo com recursos do PAC.
- MP 787/2017 Desapropriação**
14h40 Instalação da comissão da MP que desapropria trechos às margens da BR-101.
- MP 788/2017 Crédito para falecidos**
14h50 Instalação da comissão da MP que restitui valores creditados indevidamente pelo governo para pessoa falecida.
- CPI DO BNDES Debate**
15h Audiência interativa.
- MP 789/2017 Recursos minerais**
15h Instalação da comissão da MP sobre exploração de recursos minerais
- MP 791/2017 Mineração**
15h20 Instalação da MP que cria a Agência Nacional de Mineração.
- MP 792/2017 Desligamento voluntário**
15h30 Instalação da comissão da MP sobre PDV no Executivo federal.
- MP 793/2017 Regularização tributária**
15h40 Instalação da comissão da MP sobre regularização tributária rural.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
20h Análise de vetos e projetos.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV



Caiado defende fonte de financiamento que viabilize as campanhas, evitando impor custos adicionais ao erário

Proposta sobre campanha eleitoral recebe urgência

Requerimento para acelerar a tramitação do projeto de Caiado com novas regras para financiamento de campanha e propaganda eleitoral e do texto sobre o Fundo Partidário foi aprovado ontem no Senado

OS SENADORES APROVARAM ontem um requerimento para que o projeto que acaba com a propaganda partidária, restringe a propaganda eleitoral e cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha seja votado com urgência no Plenário.

O PLS 206/2017, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), é diferente da proposta de emenda à Constituição sobre reforma política que aguarda votação no Plenário da Câmara (PEC 77/2003). Os deputados propõem o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD), no valor de R\$ 3,6 bilhões.

O fundo proposto por Caiado tem valor menor — pode chegar a R\$ 2 bilhões. O dinheiro viria da compensação fiscal que a União concede para as emissoras comerciais veicular a propaganda política. De acordo com a Receita Federal, a compensação fiscal em 2014, ano de eleições gerais, atingiu o valor de R\$ 1 bilhão. Em 2015, ano sem eleições, foi de R\$ 308,9 milhões. Em 2016, com eleições municipais, R\$ 562,2 milhões.

O fundo também receberá o dinheiro de multas e penalidades aplicadas aos partidos com base no Código Eleitoral.

O valor será corrigido a cada eleição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Pela proposta, o dinheiro será depositado no início de junho pelo Tesouro Nacional em uma conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TSE deve reservar 20% do valor para o segundo turno. O restante do dinheiro será dividido pelo número de eleitores alistados para votar.

Participação do eleitor

Cada eleitor poderá direcionar o valor da sua cota ao partido ou candidato que preferir, por meio de uma plataforma desenvolvida pelo TSE.

Se o eleitor não declarar para qual candidato ou partido deve ir sua cota, 1% do valor será dividido igualmente entre todos os partidos registrados no TSE.

Outros 14% serão distribuídos igualmente entre os partidos com representação na Câmara. E os 85% restantes, divididos entre os partidos, de acordo com a proporção de deputados na Câmara.

Em setembro, o TSE deverá distribuir o dinheiro aos diretórios nacional, estaduais, distritais e municipais dos partidos. No caso das eleições presidenciais, por exemplo,

os diretórios nacionais que lançarem candidato próprio poderão usar até 30% do dinheiro para o custeio das campanhas. Se não tiverem candidato, poderão usar até 20%. O restante do dinheiro vai para os diretórios regionais.

— O custo das campanhas continua elevado, as doações de empresas estão proibidas e não há nos eleitores uma cultura política que estimule a doação de pessoas físicas. Cumpre, portanto, encontrar uma fonte de financiamento que viabilize as campanhas, de preferência sem impor custos adicionais ao erário, na situação de crise econômica que o país atravessa — explica Caiado.

Propaganda eleitoral

O texto também altera a propaganda eleitoral. Ela será veiculada apenas por emissoras públicas, durante 35 dias. Se o partido tiver interesse, poderá pagar para veicular propaganda eleitoral e partidária em emissoras comerciais de rádio e televisão.

Os senadores também aprovaram um requerimento para que o PLS 206/2017 tramite em conjunto com o projeto que trata do Fundo Partidário (PLC 202/2015).

Senado aprova programação monetária de dois trimestres

O Plenário aprovou ontem os projetos que contêm as programações monetárias do governo federal para os dois primeiros trimestres deste ano. As matérias seguem agora para a Câmara dos Deputados.

O PDS 118/2017, que teve Armando Monteiro (PTB-PE) como relator, trata do primeiro trimestre deste ano.

Já o PDS 119/2017, do segundo trimestre de 2017, foi relatado por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

A programação monetária

contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, metas indicativas de sua evolução trimestral e descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano em questão.

De acordo com a lei, o Banco Central submete a programação ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Depois de ser apreciada pelo CMN, a programação monetária é enviada à apreciação do Congresso.

Acordo com Suécia na área de defesa é ratificado no Plenário

O Senado aprovou projeto que ratifica acordo assinado pelos governos do Brasil e da Suécia, em 2014, para cooperação na área de Defesa (PDS 112/2017). Um dos objetivos do acordo é priorizar as áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição mútua de produtos e serviços.

O relator, José Agripino (DEM-RN), lembrou que as duas nações já consolidaram

fortes laços nesta área desde 2014, após o governo brasileiro adquirir 36 caças Gripen da empresa sueca Saab, em um negócio que atingiu US\$ 5,4 bilhões.

O texto menciona compartilhar conhecimentos e experiências das respectivas Forças Armadas, incluindo o uso de equipamento militar. Outro ponto citado pelo acordo é a promoção conjunta de treinamentos e exercícios.

PEC do Simples Municipal passa por mais uma sessão de discussão

Duas propostas de emenda à Constituição passaram por novas sessões de discussão no Plenário ontem. A PEC 77/2015, que cria o Simples Municipal, teve a segunda sessão de discussão em segundo turno. A proposta, de iniciativa de Antonio Anastasia (PSDB-MG), simplifica a prestação de contas de municípios de pequeno porte.

O objetivo do texto é simplificar convênios e transferências de créditos da União e estados. Atualmente, os pequenos e grandes municípios seguem os mesmos critérios de prestação de contas, o que acaba prejudicando as administrações municipais de menor porte, que sofrem com a elevada burocracia. A

expectativa é que a proposta simplifique o funcionamento de mais de 60% dos municípios, que têm até 15 mil habitantes.

Já a PEC 4/2017, que proíbe filiação partidária de membros da Justiça Eleitoral nos dois anos anteriores à posse, passou pela quarta sessão de discussão em primeiro turno. A proposta é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para ser aprovada, uma PEC precisa passar por dois turnos de votação no Senado, com cinco sessões de discussão no primeiro turno e outras três sessões no segundo turno. Caso seja aprovada nessas duas etapas, a PEC seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

Comissão debate hoje modelo de pesquisas eleitorais no Brasil

O modelo das pesquisas eleitorais será tema de uma audiência pública hoje na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Representantes dos principais institutos de pesquisas eleitorais foram convidados para o debate. A iniciativa da discussão foi de Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

As pesquisas eleitorais são geralmente encomendadas por veículos de comunicação ou entidades representativas. Os institutos pesquisadores contam com o auxílio de dados do IBGE e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para a realização das consultas, os institutos de opinião pública trabalham com amostras representativas da

população, geralmente acima de 2 mil pessoas. As características de quem responde às pesquisas seguem critérios que variam de acordo com o instituto responsável pelo levantamento. As análises podem ser feitas segundo, por exemplo, perfis selecionados ou cotas presenciais.

O debate sobre como são realizadas as pesquisas em

períodos eletivos acontece no mesmo momento em que a Câmara dos Deputados analisa alterações nas regras eleitorais, que já podem valer para as eleições de 2018.

Entre os convidados, estão o diretor do Datafolha Instituto de Pesquisas, Mauro Paulino; a presidente-executiva do Ibope Inteligência, Márcia Cavallari; o diretor do Ser-

pes Pesquisa de Opinião e Mercado, Antônio Martinez; o mestre em ciência política Ricardo Caldas; o presidente do Conselho Federal de Estatística, Luiz Carlos da Rocha; e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Palmas, Thiago Rosa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Avança MP que modifica fundo penitenciário

Os critérios para transferência dos recursos do Fupen foram aprovados em comissão e seguem para os Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA encarregada de analisar a medida provisória que estabelece critérios para a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos estados, municípios e Distrito Federal (MP 781/2017) aprovou ontem o projeto de lei de conversão da MP.

A votação do relatório na comissão, presidida pelo senador Ivo Cassol (PP-RO), vinha sendo adiada em razão da falta de consenso.

A proposta, que ainda será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado, autoriza a prestação de serviços por militares, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e à Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Mais rápido

A MP agiliza a transferência de recursos do Funpen e permite que uma série de novas despesas sejam custeadas com recursos do fundo, entre elas a manutenção de serviços penitenciários, a reinserção social de presos e a execução de políticas de redução da criminalidade. O texto veda o contingenciamento de recursos do Funpen e estabelece



A votação, presidida por Ivo Cassol (E), aprovou o relatório do deputado Victor Mendes à medida provisória

que 30% serão aplicados em construção, reforma, ampliação e aprimoramento dos presídios.

A MP determina que a União repasse aos fundos dos estados, Distrito Federal e municípios, independentemente de convênio, o limite de 75% da dotação orçamentária até 31 de dezembro de 2017; de 45% em 2018, de 25% em 2019 e de 40% nos anos subsequentes.

Distribuição

Para os fundos penitenciários estaduais e do Distrito Federal, serão destinados 90% dos recursos, sendo um terço distribuído pela mesma sistemática do Fundo de Participação dos Estados (FPE), outro terço proporcionalmente ao número de presos e o terço restante de forma igualitária. Os 10% restantes serão distribuídos igualmente entre

os municípios onde há presídios. Esses recursos deverão ser aplicados para melhorar o sistema penitenciário, no caso dos estados e do Distrito Federal, e na reinserção social de presos, no caso dos municípios.

Segurança pública

O texto aprovado estabelece ainda que as atividades de cooperação federativa, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), serão desempenhadas por militares e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública e perícia criminal. As ações incluem o registro e a investigação de ocorrências policiais, as atividades de inteligência de segurança pública, a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública, além do apoio administrativo

a essas atividades.

Em face da necessidade de excepcional interesse público, as atividades poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por militares e servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública e de perícia criminal da União, dos estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos. E ainda por reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas.

Militares

Os militares, servidores e reservistas serão integrados à Força Nacional de Segurança Pública no mesmo posto, graduação ou cargo que exerciam na ativa. Eles só poderão permanecer na Senasp e na FNSP pelo prazo máximo de dois anos, prorrogáveis apenas

por ato do ministro da Justiça.

A permanência, até 31 de janeiro de 2020, dos reservistas que já estão na FNSP está condicionada à previsão orçamentária e à definição de regulamento pelo Ministério da Justiça.

A integração de reservistas à FNSP será restrita àqueles que tiverem mais de um ano de serviço militar e menos de oito anos de serviço público, e a eventual prorrogação de sua permanência só será concedida se não implicar estabilidade.

Emergência

A proposta caracteriza como situação de emergência, para fins de dispensa de licitação, a construção, ampliação, reforma e a melhoria dos estabelecimentos penais, desde que possam ser concluídos até 31 de dezembro de 2018, vedada a prorrogação de contrato.

O texto estabelece ainda que os recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente poderão ser repassados aos fundos estaduais e distritais para aplicação em construção, reforma, ampliação e aprimoramento de unidades de execução de medidas socioeducativas e de internação em estabelecimento educacional.

A MP também autoriza a transferência de recursos do Funpen a organizações da sociedade civil que administrem presídios, ressalvadas as vedações expressas em lei.

Com relatório favorável, comissão vota hoje MP de renegociação de dívidas

Após a leitura do relatório do senador Wilder Moraes (PP-GO), ontem, a comissão mista que analisa a MP da renegociação de dívidas não tributárias agendou a votação do texto para hoje, às 15h30.

A MP 780/2017 instituiu o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD). O programa é uma espécie de Refis e permite a renegociação de dívidas com autarquias e fundações federais e com a Fazenda pública.

Poderão ser quitados débitos não tributários vencidos até 31 de março de 2017 de pessoas físicas e jurídicas.

Os débitos de natureza não tributária compreendem multas administrativas, trabalhistas, eleitorais e penais, além de dívidas com institutos como o Incra e o INSS.

A expectativa do governo com a medida é arrecadar R\$ 3,4 bilhões — dinheiro que contribuirá para reduzir o contingenciamento em 2017.

Das 55 emendas apresentadas por deputados e senadores, Wilder acatou uma na íntegra e cinco parcialmente.

A única emenda acatada totalmente é do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) e excluiu do programa o devedor que deixar de pagar três parcelas consecutivas ou seis parcelas alternadas. Na redação original da MP, a exclusão se daria após o não pagamento de três parcelas, consecutivas ou alternadas.



João Paulo Kleinübing, presidente da comissão, e Wilder Moraes, relator

Viana defende Forças Armadas no combate ao tráfico nas fronteiras

Jorge Viana (PT-AC) reclamou da situação da segurança no Brasil, lembrando que o país convive há décadas com o tráfico de drogas, de armas e com o crime organizado. O senador citou dados que apontam um total de 62 mil assassinatos no país em um ano e afirmou que é fundamental combater o tráfico nas fronteiras.

— Se nós não tivermos o envolvimento das Forças Armadas em algumas áreas da nossa fronteira, podem multiplicar o número de soldados no RJ que não vai resolver nada. Por quê? Porque estão tentando agir nas consequências em vez de agir nas causas.



Waldemir Burreto/Agência Senado

Caiado critica governo de Goiás por privatizar companhia energética

Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou o governo de Goiás. Segundo ele, o estado tem como característica um povo trabalhador, é referência na agropecuária, mas vem passando por sérios problemas em todas as áreas. O senador criticou a privatização da Companhia Energética de Goiás (Celg), feita pelo governo do estado. Segundo ele, o governo ainda isentou a empresa que comprou a Celg de pagar o ICMS pelos próximos 30 anos, prejudicando as prefeituras, já que a companhia era a maior contribuinte local.

O senador também criticou o governador Marconi Perillo por percorrer o estado, com comitiva, logo após aumentar o valor das diárias em 25%. Segundo Caiado, Goiás acumula déficit de R\$ 1,5 bilhão.

Paim condena decisão do governo que reduz reajuste do mínimo

Com a decisão que reduziu o reajuste do salário mínimo, o presidente Michel Temer mostrou que desconhece o que representa o salário mínimo na vida dos mais pobres, disse Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou que mais de 80% dos aposentados recebem salário mínimo. Ele afirmou que a política de valorização do piso salarial estimula a economia e é importante para o aumento da renda.

— O salário mínimo é uma forma de redistribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso país. É o efeito farol, o mínimo funciona como um referencial.



Waldemir Burreto/Agência Senado

Jefferson Rudy/Agência Senado



Lídice da Mata, relatora da MP, preside audiência com representantes da CMV, do Cade e do Banco Central

Acordo de leniência trará credibilidade, aponta debate

Medida provisória que amplia os poderes punitivos de natureza administrativa do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários foi elogiada por participantes de audiência pública em comissão mista

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA realizada ontem no Senado elogiaram a medida provisória que amplia os poderes punitivos de natureza administrativa do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os debatedores afirmaram que a legislação estava incompatível com a complexidade do sistema financeiro atual e que a MP 784/2017 aumenta a credibilidade do país diante de investidores internacionais.

A medida confere ao BC e à CVM o poder de assinar acordos de leniência com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a prática de infração. A colaboração poderá diminuir as penalidades em até dois terços e até mesmo extinguir processos em curso.

— A medida representa um enorme salto de qualidade de

nosso processo administrativo em termos de eficiência, de eficácia, rapidez e, principalmente, segurança jurídica — destacou Sidnei Corrêa Marques, representante do BC.

O procurador-geral do BC, Cristiano de Oliveira Cozer, destacou que esse tipo de acordo versa apenas sobre infrações administrativas, sem reflexo nas áreas penal, civil e processual penal.

Multas

A MP aumenta de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões o valor das multas que poderão ser aplicadas às instituições financeiras, destacou o presidente interino da CMV, Pablo Rentería.

— Se queremos ter a quantidade de investimentos que desejamos, especialmente em infraestrutura, é necessário que o investidor tenha segu-

rança e transparência — disse.

O subprocurador-geral da República Marcelo Muscogliatti questionou a celebração de acordos sem a participação do Ministério Público.

— Leniência não serve para salvar instituição, empresa ou qualquer empreendimento. É instrumento de investigação contra organização criminosa.

De acordo com Isaac Menezes, diretor de Relacionamento Institucional do BC, a MP não vai interferir no dever legal que o banco e a CVM têm de comunicar indícios de crime ao Ministério Público.

Felipe Leitão Valadares, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), destacou que o acordo de leniência é considerado um dos instrumentos mais efetivos para prevenir e punir cartéis no mundo.

Avança apoio privado à universidade pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/2015, que autoriza acordos entre fundações privadas e instituições de ensino superior público para apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O projeto é de Ana Amélia (PP-RS) e o substitutivo, do relator na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE).

O texto autoriza que funda-

ções privadas captem doações para a execução de projetos indicados pelas instituições públicas. Como não haverá repasse direto de recursos, os valores não terão que constar do orçamento público, ficando a salvo de contingenciamentos como os que têm atingido o ensino superior nos últimos anos. “A fundação gestora de doações estará sujeita ao controle do Ministério Público”, ressaltou Armando.

Cada fundação poderá apoiar até quatro instituições. É proibido que o dinheiro das fundações seja usado para pagar salário ou aposentadoria de servidores.

O substitutivo aprovado estipula que só a partir de 2021 será possível abater no Imposto de Renda as doações a essas fundações.

O adiamento foi pedido pelo governo, devido à crise fiscal, ainda que a Consultoria Legislativa do Senado afirmasse que o projeto não aumenta a renúncia fiscal.

Telmário Mota (PTB-RR) elogiou o projeto, que, segundo ele, beneficiará a universidade federal de seu estado:

— Hoje as faculdades estão tendo dificuldades, devido ao contingenciamento. Esse fundo vai suprir as universidades.

Como o texto aprovado é substitutivo, ele precisa ser votado novamente na comissão.

Gerardo Menezes/Agência Senado



Armando explica que acordos ficam sob controle do Ministério Público

Comissão de Orçamento vai acelerar votação de metas fiscais

O projeto que revisa as metas fiscais do governo para 2017 e 2018 (PLN 17/2017) terá a tramitação acelerada. Em reunião de líderes ontem com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, os representantes dos partidos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiram que a proposta será votada na terça-feira pelo colegiado.

No dia seguinte, o texto poderá ser votado no Plenário do Congresso. O cronograma atual prevê a votação do relatório na CMO até 19 de setembro. O relator é o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

O projeto altera as metas fiscais de 2017 e 2018 para déficit de R\$ 159 bilhões. O valor previsto hoje nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) é de déficit de R\$ 139 bilhões (2017) e de R\$ 129 bilhões (2018).

A antecipação tem como objetivo permitir que a proposta orçamentária de 2018 chegue ao Congresso já com o déficit revisado pelo governo. Se não houver mudança da meta, o projeto terá que ser enviado com o número contido na LDO.

O novo calendário de trami-

tação deverá ser definido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, que preside o Congresso. Cabe a ele estabelecer os cronogramas de tramitação de projetos da CMO.

A CMO já enviou à Mesa do Congresso o pedido de revisão dos prazos. Por ele, as emendas seriam apresentadas até a sexta. No mesmo dia, Pestana divulgaria o relatório para ser votado na semana seguinte.

O ministro Dyogo Oliveira disse que as chances de votar o PLN 17/2017 na próxima semana são grandes, porque a receptividade é boa.

O presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), também aposta na votação do relatório na próxima semana.

— Tivemos uma longa reunião hoje [ontem]. Discutimos todos os temas, aprimoramos os nossos conhecimentos em relação à realidade do Brasil, e a expectativa é votar.

Essa avaliação, no entanto, não encontra respaldo na oposição. O deputado Bohn Gass (RS), que representa o PT na CMO, disse que não há acordo para acelerar a tramitação:

— Não participamos de acordo para marcação de data.

Com Agência Câmara



Dário Berger (C) em reunião com deputados e ministro do Planejamento

Produtores de camarão pedem mudanças no controle sanitário

Representantes de produtores de camarão pediram ontem o apoio do presidente do Senado, Eunício Oliveira, para que a Medida Provisória (MP) 782/2017, que trata da organização de órgãos da Presidência da República e dos ministérios, seja alterada. Os produtores querem que o controle de sanidade dos crustáceos seja transferido do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a exemplo do que a MP 782/2017 determina para a política nacional pesqueira.

Segundo os representantes do setor, “não tem sentido” o controle da sanidade ficar no Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, uma vez que a atividade sempre “caminhou junto” com a política pesqueira.

O presidente do Senado orientou os produtores a procurarem o relator da medida provisória, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para conversar sobre o assunto.

Eunício Oliveira recebeu o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar Rocha, o presidente da Associação Cearense de Criadores de Camarão e maior criador brasileiro de camarão em cativeiro, Cristiano Maia, e outros representantes do setor.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência

Querosene com ICMS menor pode ampliar voos

Em debate na Comissão de Infraestrutura, representantes do setor da aviação foram favoráveis à aprovação do texto que unifica alíquota em operações com o combustível

A UNIFICAÇÃO DA alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) incidente no querosene de aviação vai permitir mais 148 voos diários no país. A afirmação foi do presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, durante a audiência ontem na Comissão de Infraestrutura, que discutiu o Projeto de Resolução (PRS) 55/2015, sobre a unificação.

Além do aumento de voos da Latam, Avianca, Azul e Gol, empresas que não integram a Abear já manifestaram a intenção de elevar o número de voos de carga e linhas regionais caso a alíquota seja reduzida a 12%, como estabelece a proposição de Jorge Viana (PT-AC).

— Esse projeto é o único em debate na República que caminha na contramão da crise, tem o condão de trabalhar para que a crise pela qual passamos nos últimos 19 meses, de redução contínua de malha aérea, possa ser revertida e possamos ampliar o atendimento ao volume de passageiros — disse Sanovicz.

Artigo de luxo

A aprovação foi defendida pela maioria dos participantes da audiência. O diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Rogério Coimbra, lembrou que o querosene de aviação é taxado como artigo de luxo no Brasil e representa quase 40% dos custos do voo,



Eduardo Sanovicz, Rogério Coimbra, Juliano Noman e Alexandre Barreto de Souza em audiência pública na CI presidida por Acir Gurgacz (C)

muito acima da média mundial. Na opinião dele, a aviação não pode ser vista com luxo e precisa de uma política pública que permita o atendimento de toda a população.

Para o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Juliano Noman, a aviação é um setor em que a demanda responde muito ao preço, e quando empresários e empresas repassam o ganho de eficiência e a redução de custo para o preço da passagem, mais gente voa. E com mais pessoas no sistema, o ganho é em escala, com melhoria na divisão de custos e nas operações. Por isso, reduzir o tributo sobre o combustível será benéfico para o consumidor.

— Acredito fortemente no repasse da redução de custos para o preço [das passagens], que o do mercado vai irradiar todos os ganhos para o país inteiro, independentemente da praça em que o avião está, o que no fim do dia se reverte em mais operações viáveis em

todos os destinos e lugares do país — opinou.

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, apesar de acreditar que possa haver diminuição nos preços das passagens, lembrou que a característica de oligopólio do setor, com baixa concorrência, pode não trazer tantos ganhos quanto se espera.

— Tendo a acreditar que o repasse de custos para o passageiro vai ser reduzido, mas não da ordem da exoneração tributária que se espera — afirmou.

Questionado por Telmário Mota (PTB-RR), relator da proposição na Comissão de Infraestrutura, Barreto disse não ser possível garantir a diminuição do valor das passagens com a aprovação do projeto. Ao Cade, disse, compete apenas estar atento aos movimentos coordenados de preços ou à formação de cartéis.

Por sugestão de Acir Gurgacz (PDT-RO), Telmário deve estu-

dar uma maneira para incluir no relatório instrumentos que possibilitem a transparência na definição do preço da passagem e até mesmo sanções caso as empresas não repassem aos passageiros a redução de custos.

Projeto “Robin Hood”

Única voz dissonante no debate, o secretário de Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, disse que o projeto é um “Robin Hood às avessas” porque vai desonerar estados que cobram alíquotas mais altas que os 12% — como São Paulo e Paraná — retirando dinheiro de setores como saúde, educação e segurança pública e atingindo os mais carentes.

Na opinião dele, reduzir o imposto sobre o querosene de aviação não fará com que as empresas estabeleçam mais voos para locais em que não há demanda suficiente para atender aos custos da aviação.

— Não é com a redução do ICMS que vamos resolver a questão da geografia do Acre,

de Rondônia, do Amazonas ou a questão da densidade populacional ou da renda da população — disse

Ele defendeu a urgente regulamentação da Lei 13.097/2015, que prevê subsídios governamentais para a aviação regional, como forma de resolver os gargalos do setor. Há cerca de R\$ 3 bilhões no orçamento para isso, lembrou.

No debate, Rogério Coimbra, da SAC, informou à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que a regulamentação ainda não foi publicada porque há pontos técnico-jurídicos que necessitam ser sanados por um projeto de lei, a ser enviado em breve para o Congresso.

Jorge Viana disse ser infeliz a classificação de “Robin Hood às avessas”, afirmou que Costa está defendendo os estados mais desenvolvidos e apelou aos parlamentares para que aprovem a proposta, importante para o Norte, que depende da malha aérea para se conectar com o resto do país.

Vanessa Grazziotin se manifesta contra a privatização da Eletrobras

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a proposta de privatização da Eletrobras e pediu que o Congresso se posicione contra a medida. A senadora lembrou que até 2014, enquanto a economia ia bem, a estatal dividia lucros com o governo.

— A nação brasileira não permitirá, trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, que o país seja entregue ao capital estrangeiro, seja dado a preço de banana. E por que querem privatizar a Eletrobras? Pra fechar o Orçamento, para pagar os juros de dívida pública.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Fernando Bezerra Coelho defende a venda de ações de estatal

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) manifestou apoio à proposta de privatização da Eletrobras, estatal que, segundo ele, tem gerado prejuízos ao governo. O senador também afirmou que será necessário um amplo debate no Congresso, antes de a medida avançar.

— É importante que a sociedade saiba que as empresas da Eletrobras trabalham com custos superiores às empresas com as quais ela compete. Estas empresas conseguem investir mais, gerar mais emprego, remunerar melhor seus trabalhadores.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Ana Amélia comemora fundo para financiar universidades públicas

Ana Amélia (PP-RS) comemorou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto que autoriza a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior. De acordo com a senadora, autora do projeto, esses fundos são uma forma inteligente de gerar recursos para as universidades num momento de crise.

— Esse recurso é pra investimento em pesquisa, ciência e inovação, que é exatamente o grande salto que nós podemos dar.



Waldemir Boreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Empreender no Brasil é mais difícil que no exterior, diz chefe do Sebrae

Em audiência sobre o custo Brasil, debatedores apontaram a burocracia como um dos obstáculos para o aumento da produtividade

ENQUANTO NO BRASIL são necessários 100 dias para a abertura de uma empresa, em países como o Chile e os Estados Unidos esse prazo não passa de uma semana. A afirmação é do presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, que ontem participou de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o custo Brasil.

Afif disse que o excesso de documentos necessários para que as pessoas exerçam seus direitos e deveres no Brasil faz com que a vida seja bem mais complicada aqui do que em outros países. Ele lembrou que são quase 20 documentos, incluindo passaporte, título de eleitor, certificado de reservista, carteira de motorista, Cartão do Cidadão, RG, CPF e PIS.

No encontro, que também debateu o papel da concorrência, das microempresas e da inovação sobre a produtividade, Afif citou o que, de acordo com ele, são as três maiores dificuldades enfrentadas pelos empreendedores brasileiros:



Guilherme Afif Domingos, Tasso Jereissati e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt durante audiência no Senado

iniciar um novo negócio, obter crédito e pagar os tributos.

— Empresas optantes pelo Simples sobrevivem mais. Então, temos que partir para simplificação do processo tributário, até porque isso melhora a arrecadação. O sistema arrecadatório tradicional está obsoleto e não cumpre o seu papel, por isso é preciso simplificar, como o Simples fez.

Agências reguladoras

A conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Cristiane

Alkmin Junqueira Schmidt defendeu o fortalecimento das agências reguladoras por meio da aprovação do Projeto de Lei 6621/2016, que tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta trata da gestão, da organização, do controle social e dos processos decisórios das agências. A conselheira defendeu que também o Cade seja incluído no projeto.

O PL 6621/2016 teve origem no PLS 52/2013, de autoria do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). O texto foi aprovado em novembro pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado e foi posteriormente enviado para a Câmara.

Na fase de debates, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a diminuição do custo Brasil poderia começar pelo Sebrae e pelo Sistema S, do qual fazem parte instituições como Sesi, Sesc e Senai. O senador criticou o alto custo dessas instituições, o pouco retorno que elas dão aos trabalhadores e a falta de transparência.

Afif respondeu ressaltando a importância do Sebrae e o fato de as pequenas e microempresas não serem obrigadas a contribuir com o sistema. Segundo ele, as grandes e médias empresas pagam pelas menores.

— Se falar em fechar o Se-

brae, vai ter revolta grande no Brasil, pelo grau de credibilidade e pelo seu papel nos estados e nos mais profundos rincões. E, graças a Deus, temos dinheiro guardado e não desperdiçado — afirmou.

Ainda segundo Afif, discutir o montante de recursos é sempre possível.

— Até porque tenho o princípio de fazer mais com menos — ressaltou.

Capital humano

Além de rebater aspectos técnicos das críticas de Ataídes, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que, em certa medida, o Sistema S é um investimento, visto que atua na melhoria do capital humano.

Ainda segundo Armando, existem vários modelos no mundo de programas de formação e qualificação: do ultraliberal americano ao modelo europeu, no qual há contribuição compulsória sobre a folha de pagamento das empresas, tal qual o brasileiro.

— Não se trata de uma jabuticaba. Foi esse modelo que nos permitiu, num país cuja marca é a instabilidade, termos programas continuados de formação. De todo modo, essa é uma discussão bem-vinda. Nenhum tema deve estar fora do debate — avaliou.

Telmário critica governo por reunião sobre venezuelanos

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou ontem que o governo federal “deu as costas” para Roraima no



Waldemir Barreto/Agência Senado

momento em que o estado enfrenta dificuldades com a migração de venezuelanos. Segundo ele, na segunda-feira dez ministros se reuniram com a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita, para a elaboração de um plano de trabalho, sem a participação da governadora, Suely Campos, e do prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato, que teve a população dobrada,

— E aí chama para vir fazer um plano de trabalho quem não está ajudando em praticamente nada?

Ângela defende proposta que beneficia servidores

Ângela Portela (PDT-RR) cobrou da Câmara dos Deputados a votação da proposta de emenda à



Waldemir Barreto/Agência Senado

Constituição (PEC 199/2016) que inclui nos quadros da União os servidores que trabalharam na administração pública dos ex-territórios de Roraima e do Amapá, antes de virarem estados.

Ela lembrou que o texto foi aprovado pelos senadores em 2016 e já passou em primeiro turno no Plenário da Câmara. Em sua avaliação, “não é justo” deixar a votação da PEC para 2018 para fazer o que ela chamou de “jogo político”.

Waldemir Moka quer conclusão de rodovia para o Pacífico

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), o encontro dos presidentes do Brasil e do Paraguai, antea-



Waldemir Barreto/Agência Senado

tem, pode contribuir para que avance o projeto da Rota Bioceânica, rodovia ligando o Brasil ao Oceano Pacífico.

Segundo ele, falta apenas concluir uma ponte sobre o Rio Paraguai, em Porto Murtinho (MS). Com isso, os produtos brasileiros poderão alcançar o Porto de Antofagasta, no Chile.

Ele disse que a rodovia beneficiará principalmente os estados do Centro-Oeste, que exportam a maior parte de sua produção para a China.

Mortalidade das empresas

ANO	OPTANTE PELO SIMPLES	NÃO OPTANTE PELO SIMPLES
2009	30,4%	64,6%
2010	15,1%	60,9%
2011	17%	61,4%
2012	16,7%	62,2%

Motivos para fechamento de empresas

- 1º Impostos, custos e juros.
- 2º Poucas vendas e forte concorrência.
- 3º Problemas financeiros: falta de linha de crédito, capital de giro e inadimplência.
- 4º Problemas de gestão, administrativos, contábeis, societários, de logística e incapacidade técnica.

Abertura de empresas

	DOCUMENTOS	PROCEDIMENTOS	DIAS
Estados Unidos	6	6	4
Portugal	3	3	2,5
Estônia	3	4	4,5
Chile	3	7	5,5
BRASIL	20	11	101,5

Fonte: Sebrae

Projeto foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e agora será discutido na Comissão de Assuntos Econômicos

Escola pode receber equipamento de informática apreendido pela Receita

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto segundo o qual equipamentos de informática apreendidos em ações de fiscalização nas aduanas, entregues à Fazenda Nacional ou abandonados, devam ser destinados para as escolas públicas municipais, estaduais e federais (PLC 123/2015).

A relatora foi a senadora Regina Sousa (PT-PI). A proposta segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Voto contrário

Marta Suplicy (PMDB-SP) foi a única a votar contra a proposta, argumentando que a Receita Federal já realiza desde o ano 2000 a distribuição de bens apreendidos para outras instituições.

— Todos os atos de incorporação e doação de mercadorias já estão no sítio da Receita na internet. Tem todas as informações para quem eles doam, incluindo inúmeras instituições de ensino em todo o país — disse Marta, para quem o projeto, se efetivado, poderá na prática engessar uma política pública que já vem sendo realizada, causando mais resultados negativos do que positivos.

A senadora disse também que a doação por parte da Receita tem como objetivo



Relatório de Regina (E) foi aprovado em reunião da Comissão de Educação, presidida por Lúcia Vânia (D)

esvaziar seus depósitos num espaço de tempo otimizado, visando justamente abrir espaço físico para objetos apreendidos em ações de fiscalização mais recentes. Por essa razão, ela teme que a proposta, ao condicionar a distribuição para as escolas, possa produzir um efeito negativo para essa logística por parte da Receita.

Para essa administração mais eficiente da mercadoria apreendida, Marta disse que parte dos itens chegam a ser queimados, quando não despertam o interesse de nenhuma instituição.

Em defesa de seu relatório, Regina Sousa argumentou que

evitar que parte destes equipamentos sejam queimados é justamente um dos objetivos da proposta. Ela disse ter se reunido com funcionários da Receita que apoiam o projeto, por verem nele mais segurança jurídica nos processos de doação. A senadora também observou que para essa política pública funcionar bem é necessária uma melhor divulgação para as direções das escolas, as quais muitas vezes desconhecem a possibilidade de obter equipamentos.

Dia do Ciclista

Também foi aprovado o projeto do deputado Lúcio Vale (PR-PA) que estabelece

a data de 19 de agosto como o Dia Nacional do Ciclista (PLC 76/2017). A data é em homenagem aos brasileiros Pedro Davison, vítima de violência no trânsito em 2006.

Os senadores aprovaram ainda a realização de uma audiência pública com o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, sobre as ações que ele pretende desenvolver no comando da pasta. Também foi aprovada a realização de uma outra audiência, com representantes do Ministério da Educação e especialistas, cujo foco será a nova Base Nacional Comum Curricular. As datas de ambos os eventos ainda serão definidas.

Comissão aprova criação de fundo para unidades de conservação

As unidades de conservação da natureza existentes no Brasil poderão dispor de fundos para gerir recursos recebidos da sociedade destinados a sua manutenção, a partir de doações com incentivos fiscais. É o que prevê o PLS 160/2017, de Elmano Férrer (PMDB-PI), aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A proposta, que agora segue para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), autoriza o governo federal a instituir os fundos patrimoniais. Os recursos, captados por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas, serão destinados prioritariamente a unidades federais do grupo de proteção integral, previstas na Lei 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Essa previsão foi acrescida ao projeto por meio de emenda do relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também preside a CMA. Fazem parte

do grupo de proteção integral parques nacionais, estações ecológicas, monumentos naturais, refúgios de vida silvestre e reservas biológicas.

Pelo texto original, seriam atendidas apenas as unidades de conservação tombadas pela Unesco, com atribuição de “Patrimônio da Humanidade”.

As doações aos fundos, ainda de acordo com o texto, poderão ser deduzidas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), até o limite de

12% do valor devido, assim como do imposto de renda das empresas, nesse caso com abatimento de até 1,5% do lucro operacional.

Serra da Capivara

Na justificativa de sua proposta, Elmano Férrer argumenta que as unidades de conservação não recebem recursos públicos suficientes para sua manutenção básica. Ele citou o caso do Parque Nacional da Serra da Capivara,

que abriga o maior conjunto de sítios arqueológicos das Américas, “sucateado” devido à falta de repasse de verbas pelo Ministério do Meio Ambiente.

“A manutenção do parque e das pesquisas arqueológicas, bem como a proteção do patrimônio cultural, fica comprometida. Necessidades básicas relativas à segurança, à conservação e à manutenção do parque vêm sendo cada vez mais prejudicadas pela falta de recursos”, diz.

O senador Davi Alcolumbre achou adequado estender o alcance do projeto a todo o grupo de unidades de conservação integral. No relatório, ele observou que somente o Parque Nacional da Serra da Capivara recebe a classificação de “patrimônio da humanidade”. Sem a emenda, outras importantes unidades de conservação ficariam impedidas de contar com fundos patrimoniais para garantir sua manutenção.



Presidente da CMA, Davi Alcolumbre deu parecer favorável à proposta

Regina condena racismo contra a nova Miss Brasil

Regina Sousa (PT-PI) lamentou as manifestações preconceituosas nas redes sociais, depois que Monalisa Alcântara, de 18 anos, venceu o concurso Miss Brasil.

Ela relatou que a representante do Piauí — que é negra — disse que lutará contra o racismo e pelo empoderamento da mulher. Na opinião de Regina, as manifestações contrárias também revelam o preconceito regional por ela ser do Piauí.

— Tem coisas, assim, terríveis, escritas por gente que a gente conhece, gente esclarecida, e dizendo assim: “cara de empregada doméstica”, como se empregada doméstica não pudesse ser bonita e miss, por que não? — questionou.

Eduardo Amorim critica atraso em obra para hospital

Eduardo Amorim (PSDB-SE) acusou o governo estadual de descumprir uma das principais promessas da campanha de 2014: a construção do hospital do câncer. Segundo ele, mesmo com o dinheiro na conta há cinco anos, a administração de Jackson Barreto (PMDB) não ergueu uma parede sequer. Recentemente, de acordo com Amorim, foi informado que o consórcio contratado não tem condições de concluir a obra.

— Isso vai contribuindo para que o sergipano desacredite, mais uma vez, na capacidade e compromisso desse governo conseguir construir o hospital.

Gleisi destaca caravana de Lula pelo Nordeste

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou ontem a forma como os nordestinos têm recebido o ex-presidente Lula em sua caravana pela região.

Estudantes, pequenos produtores e prefeitos, segundo a senadora, lamentaram o fim de programas sociais, promovido pelo atual governo.

— O presidente Lula, de 2003 para 2014, aumentou de 45 para 63 o número de universidades federais. Os campi foram de 148 para 321. O número de cursos de graduação aumentou de 2.047 para 4.867 e as matrículas foram de 500 mil para 932 mil.